

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Céli Regina Jardim Pinto, historiadora e cientista política, é professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O regime democrático, principalmente no século 20 e nas duas primeiras décadas do século 21, se consolidou em muitas partes do mundo, inclusive como consequência de renhidas lutas contra regimes totalitários, ditaduras militares e dominações coloniais. Variou em intensidade e tempo de duração, de acordo com as condições históricas de cada região: são exemplos os Estados Unidos, pelo menos desde a Guerra da Secessão (1861-65); a Europa pós-Segunda Guerra Mundial; a América Latina, após os regimes militares da segunda metade do século passado.

Entretanto, nesta terceira década do século 21 o regime democrático enfrenta sérias ameaças à sua continuidade.

Na Europa, partidos de extrema-direita tomam acento nos parlamentos das democracias mais robustas da região, como a Alemanha, e países como Hungria e Polônia, que aderiram à União Europeia recentemente, caminham para formas autocráticas de governo, assim como a Turquia.

Nos Estados Unidos, houve em 2020 uma até então impensável ameaça de golpe de estado com a invasão do Congresso norte-ame-

ricano por forças radicais de direita, insufladas pelo então presidente Donald Trump, derrotado em sua tentativa de reeleição.

Na América Latina, o Brasil que parecia ter consolidado um regime democrático a partir da Constituição Federal de 1988, elege um presidente de extrema-direita que frequentemente ameaça romper com a democracia, caso o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral tomem medidas que ele considera inaceitáveis.

Frente a esse quadro, que atinge tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, quais são os desafios para a manutenção e o aprimoramento da democracia a curto, médio e longo prazo?¹

Começemos por uma questão que à primeira vista parece simples, mas que pode levar a discussões teóricas e políticas bastante complexas: a própria definição de democracia. Há muitas formas de definir democracia, assim como suas crises. Mas parece haver um consenso sobre alguns pressupostos básicos para definir um regime como democrático. É deste consenso que vamos nos valer neste artigo.

Democracia será aqui tomada como o regime onde todos os cidadãos, a partir de uma idade estabelecida por lei, escolhem regularmente seus dirigentes em eleições livres de fraude, abuso de poder econômico ou de qualquer coerção que impeça a plena liberdade de expressão e de opinião, sendo vedadas a censura à imprensa ou a quaisquer outras manifestações culturais, científicas ou religiosas. O poder dos eleitos e das demais autoridades constituídas (Poder Judiciário, Ministério Público e ministros de estado) deve ser exercido nos rigorosos limites constitucionais.

É necessário pontuar que no embate político, mesmo em democracias consolidadas, é difícil encontrar cenários em que todos os

1. Este artigo está sendo escrito enquanto se desenrola a chamada Guerra da Ucrânia provocada pela invasão russa nos territórios daquele país. O xadrez político internacional sofre grande instabilidade e possivelmente o futuro do regime democrático terá bastante a ver com a forma que o conflito tomar. Países como Hungria, Turquia e Polônia estão sendo vistos pelas forças da OTAN como países defensores da democracia. Antes da guerra eram vistos como ameaças ao regime.

requisitos acima relacionados sejam rigorosamente preenchidos. Por exemplo, o poder econômico de alguns candidatos, devido a apoios substantivos ou à fortuna pessoal, pode desequilibrar as potencialidades de uma vitória eleitoral.

Há de se ter presente também que existem enormes distâncias entre o regime democrático nos países do Norte global, com um sistema capitalista desenvolvido e experiências democráticas seculares, e o Sul, com um capitalismo permanentemente em crise, quase que por natureza, e regimes democráticos com pouco tempo de existência e ainda frágeis diante de ameaças causadas por interesses internos ou externos.

Democracia e capitalismo caminham *pari passu*. Se um depende do outro — e esta hipótese, paradoxalmente, parece bastante razoável de ser verdadeira —, ao longo desta histórica parceria têm havido constantes choques, às vezes tão violentos ao ponto de um ameaçar a existência do outro. Esse paradoxo talvez seja as razões das crises do regime democrático e também da criação de condições para seus avanços.

O clássico teórico da democracia Roberto Dahl aponta para a relação contraditória entre a riqueza proporcionada pela economia de mercado e a democracia. Em suas palavras:

“Se a fusão entre a democracia moderna e as economias de mercado tem vantagens para as duas partes, não podemos deixar reconhecer o custo que a economia de mercado impõe ao regime democrático. A economia de mercado gera desigualdade econômica, por isso também pode reduzir as expectativas de atingir a plena igualdade política entre os cidadãos em um país democrático.” (Dahl, 2001, p.74)

Przeworski, apesar de também associar democracia com capitalismo, se pergunta:

“Estaria a coexistência da democracia com o capitalismo condicionada a uma melhoria contínua das condições materiais de vastos setores

da população seja devido ao crescimento, seja por causa da desigualdade crescente? A história indica que as democracias estão bem entrincheiradas em países economicamente desenvolvidos e imunes a crises econômicas e a outras crises, mesmo de grande magnitude. Mas será a história um guia confiável para o futuro? (Przeworski, 2020, p.44)

Ambos os autores, pois, percebem essa contradição intrínseca na relação entre democracia e capitalismo. Para introduzir meu argumento, gostaria de trabalhar duas noções associadas à democracia e ao capitalismo, que estão presentes nos comentários dos autores já mencionados: igualdade e liberdade.

Todos os clássicos da teoria da democracia, dos antigos aos modernos, concordam que a democracia é o regime dos iguais perante a lei (todos os cidadãos de um país têm o direito de votar e serem votados em eleições regulares e lícitas), com liberdades civis e políticas garantidas (liberdade de ir e vir, liberdade de informação, de opinião e de fazer de sua vida o que entender ser melhor para si, nos limites da lei).

Já o capitalismo necessita de liberdade para que seus agentes tenham possibilidades e oportunidades de promover a acumulação de capital e a circulação das mercadorias. É, entretanto, de sua natureza a desigualdade entre os proprietários do capital e os agentes do trabalho e do consumo. Maior ou menor igualdade entre os cidadãos não é um princípio do capitalismo, nem define, a priori, seu sucesso ou fracasso. A existência de um capitalismo socialmente mais justo (com mais igualdade), ou não, varia conforme as condições históricas de diferentes países e regiões.

Dahl tem razão ao afirmar que não existe democracia fora do capitalismo, porém nada tem impedido que exista capitalismo sem democracia, e as ditaduras latino-americanas no século 20 são excelentes exemplos. Na verdade, elas se instalaram em grande medida pela

ameaça que seus agentes estavam sentindo diante do avanço das ideias socialistas na região. A China de hoje, com um regime político muito distante da democracia, construiu uma poderosa economia de mercado calcada em um Estado que exerce amplo controle sobre seus cidadãos e a própria economia. Poderíamos dar outros exemplos, como alguns países do Oriente Médio, dominados por xeiques absolutistas, e até mesmo a Rússia e sua autocracia.

Isso posto, o presente artigo analisará a tensão na relação capitalismo-democracia e lançará algumas ideias sobre os desafios que estão sendo colocados nesta terceira década do século 21, quando o regime democrático tende à fragilização. Partirei de alguns pressupostos gerais que estarão presentes ao longo das próximas páginas.

1. A liberdade exigida pelo capitalismo não implica em igualdade, no sentido de que não há necessidade de que todos os cidadãos de um país sejam igualmente livres para que o capitalismo se desenvolva.
2. O regime democrático exige um *quantum* razoável de igualdade e liberdade, sem o qual não se realiza.
3. Quanto menor for a liberdade que as classes subalternas tiverem em relação aos grupos dominantes, maior é a liberdade de acumulação capitalista.
4. Quanto mais se radicalizam as premissas de igualdade, menos espaços o regime democrático dá para graus diferenciados de liberdade entre os cidadãos.

Estes pressupostos serão pontos de partida para a discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia, título deste artigo organizado em quatro pequenas partes. Na primeira parte, analisarei em termos gerais a condição neoliberal do capitalismo no Ocidente e a tensão com o regime democrático. Na segunda, tratarei das condições específicas que o fenômeno do neoliberalismo encontrou na América

Latina e especialmente no Brasil, focando a história da redemocratização brasileira nos anos 1980 e o período de democracia estável vivido entre 1988 e 2014. Na terceira parte pontuarei as ranhuras no pacto democrático no Brasil a partir de 2013/4, chegando até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. E finalmente, na quarta e conclusiva parte, discutirei alguns desafios da democracia *vis-à-vis* o neoliberalismo nas próximas décadas do século em curso.

1. O neoliberalismo e a democracia

Comecei este texto afirmando que o regime democrático só se realizou historicamente até hoje associado ao capitalismo, mas que isto não impediu que, pela natureza de ambos, tenha havido uma constante tensão que se manifesta, com maior ou menor intensidade, conforme as configurações históricas.

A tendência do capitalismo a gerar desigualdade é o centro dessa tensão, fartamente discutida tanto nas mais sofisticadas análises acadêmicas como na prática dos agentes políticos e econômicos. O século 20, ainda durante a sua primeira metade, enfrentou uma grave e profunda crise do sistema capitalista, que promoveu condições ótimas para a eclosão de duas guerras mundiais e, entre elas a, grande Crise de 1929 com a queda da Bolsa de Nova York. A pobreza, o desemprego, a inflação e a quebra de bancos e empresas deram a tônica do período. O capitalismo sobreviveu àquele tsunami, não sem antes ter de abdicar, ao menos em parte, da ideologia liberal que o sustentava desde os seus primórdios.

A solução do *New Deal*, liderado pelo presidente Franklin Roosevelt na década de 1930 nos Estados Unidos, e as reformas do sistema econômico pós-Segunda Guerra Mundial na Europa foram influenciadas pelo keynesianismo econômico, em oposição ao *laissez faire* que vigorava anteriormente. Apontavam para o fato da incapacidade do

mercado ser o grande regulador da economia e propunham uma forte presença do Estado como planejador e mesmo investidor. Hobsbawm assim descreve o período:

“Em suma, por diversos motivos, políticos, autoridades e mesmo homens de negócio do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *lasssez faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos –pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, em declínio ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político precisavam naquele momento dirigir suas economias de uma maneira que, antes, seria rejeitada como socialista”. (Hobsbawm, 1995, p.268)

O que é particularmente importante reter aqui é que as ações antiliberais que buscaram enfrentar a crise do capitalismo na primeira metade do século 20 promoveram um desenvolvimento econômico calcado em grandes obras de infraestruturas e praticamente na busca do pleno emprego, como defendia Keynes. Nos países da Europa Ocidental, a intervenção colocada em prática após a Segunda Guerra Mundial veio acompanhada de políticas sociais robustas nas áreas da educação, saúde, assistência social e cultura, compondo o que se convencionou chamar estado de bem-estar social. Cabe lembrar que aquela nova forma dos agentes do capitalismo se relacionarem com o campo do trabalho foi também determinada pela existência da União Soviética e seu socialismo real, então em seu apogeu, e a grande popularidade dos partidos de esquerda e dois ideais socialistas tanto no continente europeu como em regiões menos favorecidas do mundo.

Não se trata de afirmar aqui que a vibrante social democracia da segunda metade do século XX existiu apenas como reação ao regime soviético, mas que ele funcionava como um importante contrapeso a ser considerado. Tanto que a debacle do império soviético no início

dos anos 1990 coincide, até certo ponto, com a perda do poder sindical e dos direitos dos trabalhadores em diversos países capitalistas.

No mundo desenvolvido, o capitalismo com um Estado regulador e investidor mais atuante conseguiu promover durante várias décadas o processo de acumulação, associado a uma camada de consumidores de classes média e trabalhadora, protegida por políticas de bem-estar social e pelo quase pleno emprego. Naquele cenário, houve um fortalecimento do regime democrático e, tanto nos Estados Unidos como em boa parte dos países europeus, as bases de sustentação do regime eram sólidas o suficiente para incorporar socialistas e sindicatos fortes. As instituições funcionavam, as eleições ocorriam regularmente sem fraude, os governos se sucediam. O capitalismo e a democracia tiveram seu período histórico ótimo, em que a geração de desigualdade pelo princípio da acumulação não chegou a ameaçar a igualdade necessária para uma vida digna para o conjunto dos cidadãos.

A chamada Era de Ouro do capitalismo chegou, no entanto, a seu esgotamento na década de 1970, quando problemas que pareciam superados voltaram a assolar a Europa e os Estados Unidos: o processo de acumulação sofreu uma forte estagnação; países se desindustrializaram; o desemprego atingiu percentuais assustadores, as políticas de proteção social se desestruturaram e novamente se viam pessoas vivendo nas ruas das grandes cidades.

É nesse cenário que o keynesianismo, que sustentara o capitalismo pós-guerra, foi colocado em xeque por um novo liberalismo radical, que com o passar dos anos se transforma no que hoje se conhece por neoliberalismo. Naquele início da década de 1970, o liberalismo retorna às suas bases filosóficas e políticas, apontando o Estado como o grande culpado da crise que a cada ano se fazia mais presente e clamando pelo desempenho individual como principal motor do desenvolvimento.

Hobsbawm nos lembra: “É significativo que o recém criado Prêmio Nobel da Economia (1969) foi dado em 1974 ao ultraliberal Friedrich von

Hayek e, dois anos depois, a um defensor do ultra liberalismo econômico, também militante, Milton Friedman.” (Hobsbawn, 1995, p.398)

Após 1973, com o golpe militar no Chile, os economistas ultra-liberais formados na Universidade de Chicago tiveram sua primeira possibilidade de pôr em prática suas teses, ainda que no distante país sul-americano. Em 1979, o liberalismo radical chega ao Reino Unido, com a eleição de Margareth Thatcher, e no ano seguinte chega aos Estados Unidos, com a eleição de Ronald Reagan.

Uma famosa frase da primeira ministra britânica sintetiza com rara felicidade (e infelicidade para muitos) o fim da era de ouro do capitalismo: “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos, homens, mulheres e famílias”. Thatcher decretava assim o fim da sociedade e do Estado de bem-estar social. A partir daquele momento, cada um deveria dar conta de si.

O mundo de Thatcher e Reagan era completamente diverso do mundo da terceira década do século 21 em que estamos vivendo. Está fora do escopo deste texto arrolar todas as imensas diferenças, só indicar as inovações no mundo da informação nos tomaria páginas, mas vale aqui pontuar uma questão que sintetiza um conjunto de importantes transformações dos últimos 40 anos. O neoliberalismo que vivemos está muito distante do projeto puramente econômico da década de 1970. Mesmo que Hayek e Friedman ainda sejam cultuados hoje, o que temos é um novo fenômeno, que expõe com muita nitidez as contradições entre o capitalismo e a democracia.

Brown (2019) e Dardot e Laval (2016), apesar de partirem de questões diversas, concordam que o atual neoliberalismo, diferentemente do que dominou os anos de 1970/80, -possui uma característica distinta e definidora: extrapola a economia e se constitui em uma forma de governança, que envolve totalmente a sociedade, as relações de trabalho, as formas de educação de crianças e jovens, os princípios éticos, a moral individual dos sujeitos e a própria existência da política.

Tudo isto afeta radicalmente a relação do capitalismo com a democracia e teve antecedentes que anunciavam a nova era. Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para o fato de que já em 1975, em uma reunião da Comissão Trilateral fundada por David Rockefeller, especialistas “constatarem que os governantes eram incapazes de governar em razão do excessivo envolvimento dos governados na vida política e social” (Dardot e Laval, 2016, p.194). No relatório final de tal reunião os redatores falaram de um excesso de democracia.

Por sua vez, Brown se apoia em Foucault, que já nos primeiros anos da década de 1980, identificava características da nova forma de dominação chamada de neoliberalismo:

“Foucault enfatizou a significância do neoliberalismo como uma nova forma de racionalidade política, cujo alcance e implicações vão muito além da política econômica e do fortalecimento do capital. Ao contrário, nessa racionalidade os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas que também circulam através de instituições e entidades em toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas etc. (Brown, 2019, p.30/31)

Dardot e Laval entendem essa nova fase do capitalismo de forma muito aproximada de Brown:

“Na realidade, essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do ‘puro’ capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício de poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança de regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo” (Dardot e Laval, 2016, p.190).

O neoliberalismo, portanto, já tem uma história de décadas e foi capaz de se transformar, avançando no sentido de reverter, em algu-

ma medida, conquistas no campo social e político, que em certos momentos pareciam ser ganhos civilizatórios de longa duração. Se, por um lado, teve sucesso em enfraquecer o estado de bem-estar-social na Europa e criar um fosso entre ricos e pobres nos Estados Unidos, por outro, viu crescer dois movimentos com sinais contrários.

Pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial a extrema-direita com feições totalitárias e racistas começa aparecer publicamente na Europa, primeiro como pequenos partidos, tornando-se no atual século copartícipes dos processos eleitorais, conquistando cadeiras nos parlamentos e amealhando até 40% do eleitorado em alguns países (como aconteceu na França no segundo turno das eleições presidenciais de 2022).

Na contramão dos movimentos de direita e extrema-direita, surgem ao redor do mundo, movimentos que enfrentam as estruturas de poder e, sem se oporem ao capitalismo na forma tradicional da chamada luta de classes, ameaçam o pacto tradicional que o neoliberalismo trata de reafirmar. A partir da década de 1970, movimentos sociais feministas, antirraciais, étnicos, ambientalistas, LGBTQIA+, de imigrantes e refugiados agem para enfrentar o que Foucault chamou de governança neoliberal.

Tais movimentos, por um lado, demandam das democracias existentes o reconhecimento da interseccionalidade e da inclusão, pressionando os agentes políticos e econômicos; por outro, provocam uma reação conservadora radical, no aspecto moral, liderada primeiramente pela Igreja Católica e espreada pelas denominações neopentecostais, calcada na garantia da família tradicional contra o que chamam de ideologia de gênero.

O neoliberalismo avança, enquanto os movimentos sociais e uma nova esquerda, que se liberta dos cânones conservadores e totalitários soviéticos, abrem espaços para pôr em xeque as práticas estruturan-

tes capitalistas, patriarcais e racistas. É difícil estabelecer uma relação direta entre a expansão da extrema direita e o fortalecimento dos movimentos sociais, como sendo um consequência do outro ou vice-versa. O que interessa particularmente enfatizar é que estes movimentos sociais, algumas vezes demonizados por setores da própria esquerda mais tradicional, são vistos pelo neoliberalismo do século 21 como inimigos a serem derrotados, de preferência eliminados. Isto provoca não somente uma ameaça à própria existência dos movimentos (o que já seria desastroso), mas à própria existência da democracia.

Entre esses movimentos, o mais atacado (ou pelo menos o primeiro atacado) foi o movimento feminista e as questões de gênero em geral. A reação ao feminismo não nasceu de dentro dos governos, mas no campo religioso, inicialmente na Igreja Católica. A primeira vez que a Igreja usa oficialmente a expressão “ideologia de gênero” foi em um documento da Conferência Episcopal Peruana (1998), sob o título *La ideologia de género: sus peligros y alcances*. (<https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>). Muito do que se fala hoje contra o conceito de gênero já estava presente naquele documento.

A questão foi associada à 4ª Conferência Mundial de Pequim (1995) e ao chamado feminismo de gênero que, segundo o documento divulgado três anos depois, rompia com a natureza de reprodutores dos homens e das mulheres, determinada por Deus, e seus respectivos papéis na sociedade. O documento também apontou uma preocupação central da Igreja com a sexualidade humana, apontando o perigo do que chamou de “opções sexuais”. É interessante que não se trata de um documento que fala de homens e mulheres, mas do perigo que as mulheres feministas representavam para a moral e para a família cristã.

Diretamente do Vaticano, a primeira manifestação foi do Cardeal Joseph Ratzinger, quando em 2004 — pouco antes de se tornar papa, em abril de 2005 — escreveu a sua célebre “Carta aos Bispos da Igreja

Católica sobre a *Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*”, na qual atacava o conceito de *gênero e a* homossexualidade como as grandes ameaças à família cristã.

O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia, pois necessita recompor a sociedade em suas formas mais tradicionais, limitando as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. A missão dos neoliberais é limitar essa igualdade e, para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos nesta altura do século 21.

2. O hiato democrático no subcontinente sul americano

Se o primeiro experimento neoliberal no mundo costuma ser apontado como sendo o do Chile durante a ditadura do general Augusto Pinochet (1974-90), a história da última década do século 20 e da primeira do século 21 na América Latina, principalmente na América do Sul, não acompanhou a tendência mundial de caminhar velozmente para uma economia neoliberal e para processos de (des) democratização. Paradoxalmente, isto ocorreu porque o subcontinente não teve no século 20 um longo período de crescimento calcado no capitalismo, que proporcionasse às suas populações um estado de bem-estar social e regimes democráticos estáveis. Ao contrário, parte significativa dos países sul-americanos viveu períodos de severas ditaduras militares, onde a desigualdade social e a falta de liberdade foram a tônica.

Enquanto, na segunda metade da década de 1970, a doutrina do ultraliberalismo se engalanava para reinar em países europeus e nos Estados Unidos, no Brasil a ditadura civil-militar instaurada em 1964

(e que não rezava pela cartilha liberal) era crescentemente ameaçada por uma ampla mobilização da sociedade, com a participação de grupos os mais diversos, pela volta da democracia e do pleno Estado de Direito. O regime autoritário, depois dos anos de terror instaurado com o Ato Institucional N°5, de 1968, começava a perder força: a economia estagnava, com altos índices de inflação e desemprego; e o apoio das classes empresariais diminuía.

Uma nova geração de políticos surgia e juntava-se aos antigos que, a partir de 1979, voltaram anistiados ao país. Ao perceber que estavam prestes a perder o poder, os militares negociaram uma saída sem rupturas. A Lei da Anistia já dera o tom daquele “acordo de cavalheiros”. Soma-se a isso que, em 1985, os antigos detentores do poder conseguiram manter as eleições indiretas para presidente da República por mais alguns anos, mesmo depois de uma inédita campanha nacional chamada Diretas Já, com grandes manifestações populares em todo o país pressionando pela aprovação da Emenda Dante Oliveira, que restauraria imediatamente as eleições diretas para presidente.

Por se tratar de uma emenda constitucional, eram necessários os votos favoráveis de dois terços da Câmara dos Deputados (320 votos) para que a proposta seguisse para o Senado Federal. O resultado da votação foi de 298 deputados a favor, 65 contrários, 3 abstenções e 113 ausências. A emenda que restituía a democracia pelo voto popular foi, portanto, derrotada por uma minoria na Câmara, formada por deputados apoiadores do regime militar, somados a uma direita que fazia oposição ao regime, mas que era muito mais liberal do que democrática e temia o futuro com eleições diretas para presidente da República.

Na época, a transição para a democracia sem ruptura pareceu ser, inclusive para as forças democráticas que lutaram durante duas décadas contra a ditadura, a solução possível, até porque possibilitou nos anos seguintes uma experiência democrática bastante sólida. Hoje sabemos que o regime democrático nascido daquela transição não era tão sólido

como imaginávamos, e que parte de sua fragilidade reside justamente no fato de não ter havido uma verdadeira ruptura com as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura, possibilitando que torturadores civis e militares ficassem impunes e que políticos que lhes deram guarida, ao suportar o regime militar, continuassem a ter muito poder na chamada Nova República, instaurada a partir de 1985. Um exercício interessante é percorrer os sobrenomes dos 513 deputados federais da atualidade, pois se perceberá que muitos são de famílias políticas que chegaram ao poder como apoiadores da ditadura civil-militar.

Mas o que interessa aqui é a experiência democrática que experimentamos e, se quisermos ser precisos, durou de 1988, ano da promulgação da nova Constituição brasileira, chamada pelo deputado Ulysses Guimarães de Constituição Cidadã, até as eleições presidenciais de 2014, quando o partido derrotado, entrou com um recurso no Superior Tribunal Eleitoral para que fosse examinada a lisura do pleito de 30 de outubro.² (Oito anos depois, o atual presidente da República ameaça repetir o mesmo pedido caso perca as eleições de outubro próximo). Durante esses 26 anos de experiência democrática, tivemos cinco presidentes da República eleitos democraticamente, em pleitos muito concorridos, com candidatos com programas distintos e debates acirrados, mas em um clima que nunca ameaçou a ainda frágil democracia, instaurada pela Constituição de 1988.

Após a eleição Fernando Collor de Mello (1989) e seu impeachment (1992), cujo mandato foi completado pelo vice Itamar Franco, o sistema político partidário parecia ter se organizado ao redor de dois grandes partidos com a robustez necessária para disputar com sucesso diversas eleições presidenciais, o PSDB e o PT, apoiados por um conjunto cada vez mais numeroso de partidos políticos, que abarcava agremiações tradicionais e com relevância política, como o PMDB,

2. O pedido foi negado pelo TSE dia 4 de novembro de 2014.

PP, PFL, PDT, PTB e PCdoB³, e outras agremiações menores, de todas as cores ideológicas, algumas puramente fisiológicas, outros simples legendas de alugueis.

Os 26 anos de democracia no Brasil foram profícuos: instituíram-se instrumentos visando uma maior participação política da sociedade civil, destacando-se os conselhos gestores e as experiências de orçamento participativo. Durante esse período também foram realizadas diversas Conferências Nacionais para discutir políticas públicas para grupos específicos ou temas de interesse nacional. Algumas há tinham tradição, como a Conferência Nacional de Saúde, realizada pela primeira vez em 1941, no Governo Getúlio Vargas.

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso houve 18 conferências, todas inaugurais (com exceção da de Saúde), como a Conferência Nacional de Direitos Humanos; da Criança e do Adolescente e da Segurança Alimentar. Nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva aconteceram 36 conferências. Além de manter as que haviam sido criadas no governo anterior, novas foram inauguradas, como a Conferência Nacional de Política para as Mulheres e as de Igualdade Racial, Economia Solidária, Pesca, Meio Ambiente e Cultura entre outras.

Muitas dessas conferências mobilizaram centenas de milhares de pessoas em suas reuniões preparatórias nos níveis municipais e estaduais e produziram avultados planos propondo políticas públicas, que resultaram na aprovação de leis nas áreas da saúde, do direito das mulheres, do meio ambiente e da igualdade racial. Foram naqueles 26 anos de democracia plena que avançaram as leis de cotas que permitiram a presença de grupos excluídos na política e no sistema

3. Os partidos trocaram de nome ao longo das décadas, se fundiram ou deles surgiram outros. Em fevereiro de 2022, o TSE registrava 32 partidos, 23 deles com representação na Câmara dos Deputados e 14 no Senado. Não é foco deste artigo, mas a lei eleitoral em vigor, que cria limites para partidos com pouca representação e permite federações partidárias, pode mudar significativamente a configuração do Congresso Nacional na próxima legislatura, que se inicia em 2023.

educacional. Em 1997, cotas para as mulheres nas listas partidárias foram inscritas na nova Lei das Eleições, que posteriormente agregou outros mecanismos, buscando maiores garantias à presença real das mulheres na vida partidária. Infelizmente, as medidas adotadas ainda não apresentaram resultados significativos em termos quantitativos, mas já provocam abalos na cômoda situação da hegemonia masculina em todos os partidos políticos. As eleições de 2022 poderão trazer os primeiros resultados realmente positivos dessa política.

A segunda ação no sentido da inclusão foi a Lei de Cotas para o Ensino Superior, de 2012, que garantiu cotas nas universidades públicas para estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas. Mesmo antes de sua aprovação, diversas universidades já começaram a implementar políticas de cotas.

Para completar esse quadro que mostra o vigor conquistado pela democracia brasileira durante mais de duas décadas, é fundamental lembrar as políticas contra a fome, que começaram nos governos FHC, com o Programa Comunidade Solidária, e se aprofundaram com o Programa Fome Zero nos governos do PT, políticas essas que tiraram o país do Mapa Mundial da Fome.

Em suma, os grandes problemas da histórica desigualdade social brasileira não foram resolvidos nesse período de avanço democrático, mas é preciso salientar que houve uma estabilidade política e uma longevidade democrática até então não conhecidas pelos brasileiros, conquistas que criaram, ao menos em parte significativa da população, a expectativa de aprimoramento cada vez maior da democracia e das políticas que visam a superação dos graves problemas sociais do país.

3. O desmonte

O governo de Jair Bolsonaro, através de suas ações em diversas áreas, constantemente põe em risco a já fragilizada democracia bra-

sileira. Exemplos não faltam como a reunião oficial do ministério em abril de 2020, em pleno avanço da pandemia de Covid-19, quando o mandatário da nação gritou impropérios contra as instituições e defendeu o armamento da população e o então ministro da Educação, também aos gritos, sugeriu a prisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Também a presença do presidente da República em manifestação realizada naquele mesmo ano em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, na qual os manifestantes exigiam intervenção militar, assim como seu discurso nos atos de 7 de setembro de 2021, quando ameaçou os ministros do STF e as próprias instituições que garantem a democracia no país.

Também são constantes as ameaças do chefe de Estado no sentido de não cumprir ordens do Poder Judiciário e não aceitar os resultados das eleições presidenciais que estão por vir, caso eles lhes sejam desfavoráveis. Por fim, mas não menos importante, o número absurdo de mais de 6.000 militares da reserva e mesmo da ativa que ocupam cargos centrais na burocracia estatal, assim como a desfaçatez com que o Governo Bolsonaro coloca em sigilo de cem anos todas as informações que possam causar problema para o presidente e seus filhos.

Em nenhum período desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, o regime democrático esteve tão esfacelado e ameaçado como durante o atual governo, iniciado em 2019. Entretanto, este argumento sofre de uma fragilidade em sua base. Bolsonaro não é a causa da crise existencial que a democracia brasileira está enfrentando. Sua eleição, em 2018, foi mais uma etapa do processo de desmonte que a nossa democracia vem sofrendo desde 2014. Sua chegada ao Palácio do Planalto foi, em grande medida, efeito da contradição apontada anteriormente entre o neoliberalismo e o regime democrático. Bolsonaro não saiu do nada, não foi fruto de um apagão geral nos corações e nas mentes dos eleitores brasileiros. Houve condições ótimas para sua eleição. Por que a escolha recaiu sobre esse indivíduo é outro problema, que não cabe discutir neste artigo.

Examinemos ainda que rapidamente os acontecimentos ocorridos entre 2013 e 2018, isto é, as condições de emergência que resultaram na eleição de um candidato de extrema-direita à Presidência da República. Nesse período, eventos que pareciam sem conexão entre si foram sendo construídos, por políticos de centro-direita, de direita e pela grande mídia, como equivalentes.

Em 2013, aconteceram as famosas manifestações de rua, que começaram por obra do MPL (Movimento Passe Livre) em São Paulo, tendo como razão inicial o aumento de 20 centavos na tarifa do transporte urbano e que se estenderam para quase todas as capitais do país, primeiro com demandas muito variadas e díspares, reunindo jovens desiludidos com a política. Porém, rapidamente aqueles movimentos tomaram uma feição distinta. Os manifestantes envelheceram (não estou dizendo que se tornaram marchas de idosos) e os jovens foram substituídos em grande parte por homens e mulheres de meia-idade, na maioria de setores médios da sociedade. A grande mídia, principalmente a TV aberta, tomou para si um papel central de transmitir os acontecimentos em tempo real, inclusive interrompendo sua programação normal e construindo uma narrativa muito bem articulada, que fazia um corte entre os cidadãos de bem e os vândalos. Os primeiros tornaram-se os manifestantes antipetistas, que condenavam o ex-presidente Lula e o desqualificavam, inclusive apelando para a pornografia, e a presidente Dilma Rousseff.

A partir de meados de 2014 e sobretudo nos anos seguintes, esses manifestantes passaram a glorificar um juiz de primeira instância de Curitiba e um grupo de procuradores da mesma cidade, responsáveis pela Operação Lava Jato, investigação que começara como uma ação séria contra a corrupção e depois se tornou um espetáculo com operações com nomes de telenovelas, dirigidas a atingir diretamente o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula, com o objetivo de impedi-lo de ser candidato novamente à Presidência em 2018. A atuação

das autoridades responsáveis pela Lava Jato, às vezes caricata, outras extrapolando os limites da lei, matou uma das mais sérias possibilidades de o país discutir e punir a corrupção, para além de moralismos e interesses escusos de ocasião.⁴

Entre 2015 e 2016, os dois anos do segundo mandato de Dilma Rousseff, que conseguiu se reeleger apesar do clima adverso que já se prenunciava, foram também de grandes manifestações contra a presidente e a favor de seu impeachment. Novamente coube ao “cidadão de bem” liderar aquelas manifestações. Ainda em junho de 2014, foram dos camarotes mais caros do estádio de futebol onde acontecia a abertura da Copa de Futebol da FIFA que se ouviram os mais grosseiros e machistas improperios contra a presença da então presidente Dilma Rousseff. Reeleita em outubro daquele ano, Dilma não conseguiu governar, pois além de enfrentar uma grave crise econômica, tinha contra si o Congresso Nacional, principalmente a Câmara de Deputados, presidida pelo deputado Eduardo Cunha⁵, cuja missão maior era aprovar o impeachment da presidente. Até mesmo o PT foi muito econômico na defesa de Dilma, talvez por ingenuidade ao imaginar que sacrificando uma mulher poderia ter alguma chance de se manter como um *player* legítimo da política nacional.

Como sabemos, Dilma foi afastada pela Câmara dos Deputados em maio de 2016, assumindo seu vice, Michel Temer, um dos grandes articuladores de sua derrocada, confirmada pelo Senado em agosto do mesmo ano. Empossado, Temer logo disse a que veio: instaurar a bases para o neoliberalismo versão século XXI. Fernando Henrique já havia privatizado

4. Seria difícil para qualquer observador estrangeiro acreditar que o mesmo juiz que liberou ilegalmente telefonemas da presidente da República Dilma Rousseff e colocou o ex-presidente Lula na cadeia, impedindo que ele se candidatasse à Presidência em 2018, tenha se tornado ministro da Justiça do candidato vencedor na eleição daquele ano.

5. Eduardo Cunha, o principal artífice do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, foi preso em 2016 e, em março de 2017, foi condenado a 15 anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em 2020 teve sua prisão transformada em prisão domiciliar. (wikipedia.org/wiki/EduardoCunha).

algumas empresas estatais e mesmo Dilma, tentando salvar seu governo no início do segundo mandato, tomou medidas na direção contrária à sua velha noção de estado desenvolvimentista. Temer representou outro momento. Avritzer escreveu com propriedade as ações do Governo Temer:

A segunda fase do choque liberal ⁶incluiu uma política específica em relação ao Estado, mas também um discurso combinado entre diversos atores acerca da responsabilidade pela crise. Essa fase se iniciou com a posse de Michel Temer em 12 de maio de 2016 e resultou imediatamente na radicalização — não sancionada eleitoralmente — do ajuste. A radicalização incluiu a Emenda Constitucional Nº 95, a PEC do Teto de Gastos Públicos, e a proposta de uma ampla reforma da Previdência. (Avritzer, 2019,p.87)

O preço da acomodação aos cânones do neoliberalismo custou muito caro ao país, mesmo para parte significativa daqueles que haviam apoiado o lavajatismo e o impeachment de Dilma Rousseff. Talvez tenha sido ingenuidade, arrogância ou até ignorância de alguns grupos políticos pensarem que finalmente estavam implantando no Brasil, ou iriam implantar a partir da eleição seguinte, um liberalismo “à la Thatcher ou a Reagan”.

Os tempos eram outros, o neoliberalismo já não era apenas um regime econômico, mas uma ideologia de vida, onde a democracia não tinha nenhum espaço privilegiado, ao contrário, era sobrando para os objetivos do sistema. Não podemos esquecer que, diferentemente dos países do Norte, a América Latina havia recentemente lutado por democracia e em muitos países haviam sido eleitos governos de esquerda e centro-esquerda de feição popular, muito mais participativos do que as democracias liberais representativas admitiam. Os que mantiveram o regime democrático, com maior ou menor sucesso, incorporaram ao mundo do trabalho e do consumo parcelas de sua população antes miserável. Isto foi um agravante na implantação do neoliberalismo

6. A primeira fase o autor indica como a retomada do sistema financeiro de suas prerrogativas, controlando a política de juros.

brasileiro e certamente um fator importante a considerar no recente desmonte do campo político no país.

Este desmonte, que vem se aprofundando nos últimos anos, tem um conjunto de características: a descrença na política e em seus agentes por parte da população, em parte resultado de uma campanha intermitente contras os partidos políticos, caracterizando-os como agremiações corruptas e movidas por interesses escusos; o ataque permanente às instituições basilares da democracia; a associação dos gastos públicos a desperdício do dinheiro dos contribuintes, abrindo espaço para a legitimização de políticas de cortes de gastos privatização de empresas públicas; a desresponsabilização do Estado com a saúde e a educação públicas e a conservação do meio ambiente.

Pesquisas que avaliam a confiança dos brasileiros nas instituições nos últimos anos são reveladoras de um quadro muito ameaçador à democracia brasileira e ajudam a explicar a guinada para a extrema-direita que o país vivencia.

Quadro 1. Confiança dos Brasileiros nas instituições (2016/2020).

Instituição	2016 (maio)		2018(junho)		2020 (set)	
	C/M*	N/C	C/M	N/C	C/M	N/C
Igreja	39,2	13,2	36,8	15,1	48,8	8,9
F. Armadas	33,7	15,2	30,5	16,2	45,1	8,9
Polícia	17,2	23,3	14,4	22,4	32,2	12,0
Mídia**	21,6	16,7	17,4	22,2	23,9	12,1
Judiciário	12,9	28,2	13,4	23,4	25,1	15,8
Sist. eleitoral	11,3	40,7	9,8	45,1	18,9	25,7
Gov. Federal	8,5	39,8	5,6	55,3	19,0	25,9
Sindicatos	8,3	34,4	8,6	40,6	15,8	23,7
Presidente	6,8	47,8	2,7	75,3	21,8	34,9
Congresso N.	3,3	57,9	3,1	64,5	8,2	36,8
Part. Políticos	2,0	63,3	1,7	67,9	5,3	45,7

Fonte, elaboração própria; dados Pesquisa CESOP-IBOPE 2016/2018/2020

** foi tomado como referência as respostas que indicam Concordam Muito (C/M); Não Concordam (N/C). Para os propósitos do argumento as respostas intermediárias não interessam.

*Jornais; TV; rádio.

O quadro acima permite verificarmos um cenário bastante ameaçador ao regime democrático brasileiro.⁷ O primeiro aspecto que deve ser destacado é o de que a Igreja, as Forças Armadas e a Polícia estão entre as instituições mais confiáveis ao longo de todo o período, havendo um significativo aumento do grau de confiança nestas instituições após a eleição de Bolsonaro. A Igreja e as Forças Armadas já tinham altos índices de confiabilidade em 2016, mas alcançaram índices que beiram os 50% em 2020. O que mais chama a atenção é a polícia, que em 2016 chegou a ter índices inferiores ao da mídia e em quatro anos dobrou seu grau de confiabilidade junto aos pesquisados.

Os três últimos colocados no índice de “muita confiança” também são indicativos da atual fragilidade da democracia brasileira. O nível de confiança no presidente da república é muito baixo em 2016 (6,8) e mais baixo ainda em 2018 (2,7), respectivamente a época do impeachment de Dilma Rousseff e do complicado mandato tampão de Michel Temer, que nunca conseguiu atrair apoio popular. O surpreendente, entretanto, é a baixa confiabilidade do presidente Jair Bolsonaro em setembro de 2020, quando apenas 21,8 dos entrevistados disseram confiar muito no chefe da nação, enquanto 34,9% afirmaram não confiar. Um grau de confiança baixo no segundo ano do mandato presidencial talvez tenha relação com a postura negacionista de Bolsonaro em relação à pandemia, que no momento da pesquisa se alastrava rápida e assustadoramente pelo Brasil.

Os índices de confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos são igualmente alarmantes, mas não surpreendem, pois estas instituições sofreram anos de acusações de corrupção, provadas ou

7. Vale anotar as datas que as pesquisas foram realizadas: a de 2006 foi feita em maio em plena discussão sobre o processo de impeachment da Dilma Rousseff; a de 2018 em junho, durante o governo de Michel Temer e a campanha presidencial, com o maior líder da esquerda na prisão; a pesquisa de 2020 foi realizada em setembro com mais de um ano de governo Bolsonaro em plena pandemia da Covid.

simplesmente feridas em processos como o do Mensalão e pela politização da Lava Jato. Soma-se a isto a campanha de Bolsonaro para presidente, que se declarava antipartido e antipolítica. Um dos principais motes de sua campanha foi o de que nunca faria acordo com os partidos, principalmente o que se convencionou chamar de centrão. Para aprovar seus projetos no Congresso Nacional, dizia confiar nas bancadas suprapartidárias conhecidas como BBB (bancadas das bala; da bíblia e do boi).

Um país cuja população deposita sua confiança no triângulo Igreja, Forças Armadas e Polícia, e não atribui nenhuma confiabilidade aos partidos políticos e ao Poder Legislativo, está muito perto de aceitar experiências não democráticas, de cunho autoritário e até mesmo totalitário.

Os desafios do regime democrático

Quais os desafios que se colocam a partir de agora para a sobrevivência da combalida democracia brasileira? Frente ao complicado quadro delineado nas páginas anteriores, a resposta pode parecer sucinta: o grande desafio da nossa democracia é manter-se como pacto político civilizatório no Brasil nos próximos anos. Isto leva a duas outras questões, cujas respostas são mais complexas: Mantendo os atuais pressupostos, é possível garantir a sobrevivência do regime democrático? Afinal, não foram justamente estes pressupostos que a ameaçam, na medida em que eles não são mais capazes de dar guarida a atual fase neoliberal do capitalismo vigente no país?

Não é por acaso que autores tão distintos como Adam Przeworsky e Nancy Fraser se utilizaram de uma mesma famosa frase de Antonio Gramsci, o primeiro como epígrafe de sua última obra, a segunda como título de seu mais novo livro.⁸

8. *The Old is Dying and the new Cannot be Born.* (2019) Não traduzido para o português.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.” (Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere)

Nas páginas anteriores me referi ao velho, o pacto entre a democracia e o capitalismo, e ao mórbido, os governos de extrema-direita neoliberais que ameaçam seriamente a democracia. Que novo não pode nascer? Ou melhor: que novo é necessário que nasça?

Talvez exista um primeiro ponto, anterior ainda ao nascimento deste novo, a que devemos prestar muita atenção: nas democracias existentes, e mormente no Brasil, é fundamental proteger e restaurar o que ainda não foi completamente destruído, apesar de seriamente ameaçado e enfraquecido: o ordenamento político-jurídico e as instituições do pacto democrático; a separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; as eleições regulares, livres de fraudes e de financiamentos ilegais, conduzidas pelo Tribunal Superior Eleitoral; a liberdade de expressão, de imprensa, de manifestações culturais, científicas e religiosas. No caso específico do Brasil, temos ainda de restaurar o espírito original da Constituição Federal de 1988, livre de todos os penduricalhos acoplados a ela sob a forma de emendas.

Como garantir esse conjunto de condições e impedir que o regime democrático escorra entre os nossos dedos? Não se trata aqui de fazer futurologia, nem de um exercício de *wishful thinking*, mas sim de levantar um conjunto de pressupostos e questões para estruturar uma resposta ao desafio de garantir e aprimorar o regime democrático.

Se o pacto que sustentou a democracia brasileira por um quarto de século se esgotou, é imperativo que se pense em um novo pacto nacional que rompa com a liberdade de alguns poucos de acumular muito e com a desigualdade que relega muitos a viver na miséria. Este novo pacto precisa reequilibrar a relação liberdade-igualdade. Este parece

ser o grande desafio para o regime democrático se manter e prosperar. Esses dois conceitos, que estiveram sempre tencionando um ao outro, necessitam se reequilibrar para que seja possível construir um Brasil melhor, mais igualitário e democrático, para todos os brasileiros.

O liberalismo, em sua versão neoliberal, caminhou no sentido de retirar as garantias de um bem-estar mínimo em nome da liberdade de propriedade, de lucro e de acumulação de riquezas, o que levou a desigualdade social a níveis inéditos, sobretudo nos países do Hemisfério Norte já que as nações ao Sul sempre viveram níveis muito elevados de pobreza e desigualdade. Pelo menos nos países de capitalismo mais desenvolvido, a acumulação conviveu com regimes democráticos, apesar de um constante processo de exclusão social, sofrido pelas populações de imigrantes e de cidadãos recentemente admitidos como nacionais.

Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do globo, movimentos racistas e partidos xenófobos se distanciam rapidamente dos princípios democráticos. Os discursos de políticos da extrema-direita e até de centro-direita, estes últimos em épocas eleitorais, admitem exclusões, em nome de nacionalismos puramente xenófobos, enfatizando a ameaça ao “nosso modo de viver”. Esse tipo de discurso vem com frequência junto com a defesa do Estado mínimo, livre de responsabilidades sociais; considerações de ordem moral, como a defesa da família tradicional; e fortes cores religiosas, no caso cristãs, em oposição, na Europa e nos Estados Unidos, à religião muçulmana dos imigrantes mais recentes.

No Brasil, os desafios são grandes e entrelaçados; a superação de alguns deles depende do endereçamento dos outros, exigindo estratégias consistentes, bem articuladas e de longo prazo. Não podemos incorrer no erro comum à direita e à esquerda do século passado, quando o primeiro grupo afirmava que primeiro era necessário fazer crescer o bolo para depois dividi-lo (famosa frase de Delfim Netto, ministro da Fazenda durante o regime militar), e o segundo defendia ser neces-

sário primeiro vencer a luta de classes, para que naturalmente todas as outras formas de opressão desaparecessem, como se xenofobismo, misoginia e racismo fossem monopólios do capitalismo.

Particularmente no Brasil, o primeiro desafio é diminuir drástica e radicalmente a desigualdade social, o que envolve muitas variáveis a serem consideradas. A desigualdade social não é só uma desigualdade econômica, mas uma desigualdade econômica que se reproduz pela exclusão e a falta de reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos. A distribuição de renda é fundamental, mas também é um grande desafio.

O Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome da ONU por conta de ainda tímidas políticas de distribuição de renda, que no entanto surtiram rápido efeito, mas voltou a ele quase imediatamente, quando o governo que assumiu em 2018 deixou de se ocupar com o mesmo afincamento às políticas voltadas para as camadas mais pobres da população. Disto não se pode deduzir que não se deve distribuir renda através de políticas emergenciais como o Programa Bolsa Família, mas sim que elas não podem ser apenas políticas de um governo. O estabelecimento de uma renda mínima para toda a população brasileira deve ser uma política de Estado permanente, independentemente das políticas de governos de ocasião.

O combate à desigualdade não para aí, pois há três outros pontos básicos: a desigualdade se expressa na precariedade do atendimento à educação, à saúde e às necessidades de habitação de vastas camadas da população. Não se trata de afirmar que um povo bem alimentado, educado e com saúde será por decorrência, necessariamente, democrático. O contrário, entretanto, é verdadeiro: um povo faminto, sem educação e saúde, vivendo em habitações precárias tem muito poucos instrumentos para lutar e defender seus direitos. Está sempre exposto ao ataque predatório de demagogos. Se percorrermos a história, veremos mais do que coincidências entre situações de ditaduras e populações sem condições mínimas de uma vida digna.

Para tirar um país definitivamente do Mapa da Fome e construir políticas de educação, saúde e habitação que criem condições mínimas para uma vida digna, é necessário um Estado forte e imbuído da missão de investir pesadamente nessas áreas fundamentais. Não se trata de um Estado proprietário dos bens de produção, de estatizar a economia ou outras medidas parecidas, mas de um Estado capaz de investir nas questões mais básicas e elementares do bem viver. À iniciativa privada não cabe investir em setores que têm como objetivo garantir a igualdade entre todos os cidadãos. Não é este o papel de empresários interessados no lucro. O Estado necessita recuperar suas obrigações constitucionais, como o de exercer o monopólio legítimo do uso da violência contra o crime organizado.

O princípio da igualdade em uma democracia vai além destas condições essenciais, a igualdade também se releva no fato de todos os cidadãos serem iguais, independentemente de gênero, raça, etnia, orientação sexual ou religião. Nesse sentido, o Estado deve garantir a igualdade de direitos, sem intervir nas liberdades individuais. No pacto neoliberal, a necessidade de limitar a democracia faz com que, paradoxalmente, sejam aceitas possíveis intervenções do Estado nas liberdades e nos direitos, como por exemplo, limitar direitos da população LGBTQIA= em relação ao casamento e à adoção. No pacto antidemocrático do neoliberalismo, há um medo atávico à luta por direitos, mormente quando esta é realizada pela sociedade civil organizada em movimentos sociais.

Não cabe aqui retomar a história dos movimentos sociais desde os anos 1980, quando eles se organizaram para lutar pelos direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos sem terra, dos sem teto etc. Esses movimentos, apesar de terem causas próprias e demandas específicas, têm algo em comum: eles põem em xeque uma estrutura de poder masculina, branca, autodeclarada heterossexual, religiosa, defensora da família tradicional. Este é um retrato, não muito caricato, de

quem tem poder e o reivindica como seu, cada vez mais e sobretudo, nas sociedades neoliberais. Ora, não é por acaso que o neoliberalismo transborda da economia para se configurar como um modo de vida conservador, calcado nas ideias de família tradicional, no antifeminismo e na hiper-religiosidade.

Reduzir a desigualdade sem garantir liberdade vai de encontro ao regime democrático. Ao mesmo tempo, é muito difícil pensar que se possa atingir este nível de igualdade sem liberdade, portanto, é essencial que liberdade e igualdade existam juntos e contribuam um com o outro, para que ambos se realizem e um não inviabilize a existência do outro. Esta inviabilidade, se ocorrer, é autodestrutiva; não existe liberdade sem igualdade e vice-versa, por isso os experimentos totalitários no mundo sempre careceram tanto de uma como de outra.

Conclusão: o grande desafio do regime democrático daqui para frente é superar o neoliberalismo, não só em sua face econômica, que não permite a igualdade necessária entre os cidadãos para uma vida digna, mas também no modo de vida que implementou, que não permite o exercício da liberdade individual e da organização coletiva, pilares fundamentais do regime democrático.

Referências Bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. *o Pêndulo da Democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.
- BROWN, Wendy. *Nas Ruínas do Neoliberalismo*. São Paulo: Politéia, 2019.
- DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: UNB, 2001.
- DARTOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRASER, Nancy. *The Old is Dying and the New Cannot be born*. London: Verso, 2019.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O Breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- PRZERWORSKI, Adam. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>